

Ata nº 10/2025

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, nas dependências da sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal de Restinga Seca, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde, para tratar de demandas relacionadas ao atendimento hospitalar e às unidades básicas de saúde do município. A presidente, Sra. Lilian, iniciou a reunião com uma explanação acerca da falta de equipe de higienização, demanda recorrente há mais de um ano. Foi relatado que, em gestões anteriores, já havia sido encaminhado documento solicitando providências, tendo sido respondido que o custo seria elevado e que a demanda não justificaria a ampliação da equipe. Em seguida, a presidente passou a palavra à convidada e representante do Hospital São Francisco, diretora Marília Oliveira, que saudou os presentes e relatou que o Conselho Regional de Enfermagem (Coren) orientou que a responsabilidade pela limpeza não cabe à equipe de enfermagem, devendo esta se restringir às atribuições técnicas da área. Foi esclarecido que não há equipe de higienização após as 22 horas, devido à baixa demanda noturna, sendo raros os casos de necessidade emergencial. Nessas situações excepcionais, o hospital conta com um sistema de sobreaviso, que tem sido acionado sempre que necessário. A representante informou que o sistema tem funcionado de forma eficaz e que a equipe de enfermagem não realiza limpezas fora de sua atribuição. Também destacou que a administração mantém diálogo aberto com enfermeiros e técnicos, realizando reuniões periódicas para ouvir as equipes e ajustar fluxos conforme necessário. Informou ainda que, recentemente, passou a haver dois técnicos de enfermagem durante o período noturno, atendendo à demanda do pronto atendimento e garantindo melhor fluxo e redução da sobrecarga. Na sequência, tratou-se da questão da disponibilidade médica no hospital, abordando a necessidade de manter dois médicos de plantão aos finais de semana e feriados, além de reforço nas quartas-feiras, quando as unidades básicas não funcionam. Foi ressaltado que, em casos de remoção ou urgência grave, o atendimento hospitalar é priorizado, enquanto os casos de menor complexidade são encaminhados para as unidades de referência. O objetivo é assegurar que o pronto atendimento permaneça com suporte médico adequado, mesmo em situações emergenciais. Durante a reunião, discutiu-se o aumento das demandas hospitalares por atendimentos não urgentes, como dores leves e sintomas simples, que poderiam ser resolvidos nas unidades básicas ou em casa. Os conselheiros enfatizaram a importância de um trabalho conjunto entre hospital, unidades básicas e agentes comunitários de saúde, para conscientizar a população sobre quando procurar o hospital e quando recorrer à atenção primária. Foi mencionada a necessidade de melhor capacitação dos agentes comunitários, para que possam orientar corretamente os moradores sobre o funcionamento dos serviços, evitando deslocamentos desnecessários ao pronto atendimento. Propôs-se que o Conselho Municipal de Saúde, com apoio da gestão, desenvolva uma campanha educativa com vídeos e materiais informativos explicando o que é considerado urgência e emergência, bem como os horários e formas de atendimento das unidades. Sugeriu-se ainda que profissionais do hospital e das unidades participem desses vídeos, explicando de forma clara e acessível os fluxos de atendimento, promovendo integração entre os serviços de saúde e alinhamento na comunicação com a comunidade.

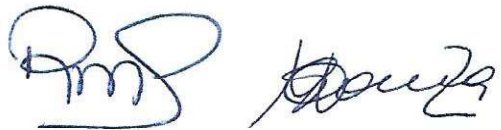


Durante a discussão, destacou-se também que desinformações divulgadas em redes sociais e por agentes políticos têm causado confusões entre os usuários, gerando atritos com as equipes de saúde. O Conselho reforçou a necessidade de comunicação institucional clara e unificada. Abordou-se, ainda, a questão de pacientes que insistem em ser atendidos fora de horário ou sem agendamento, especialmente vindos do interior, o que reforça a importância da educação em saúde e do cumprimento das regras de agendamento. A representante do hospital apresentou as melhorias em curso na gestão administrativa, incluindo a implantação de um novo sistema informatizado que eliminará o uso de fichas em papel, integrando os setores de recepção, enfermagem, farmácia e radiologia. O novo sistema permitirá que o prontuário eletrônico do paciente seja acessado por todos os profissionais, otimizando o tempo de atendimento, reduzindo erros e melhorando o controle das informações. Ressaltou que essa mudança trará mais qualidade tanto para os profissionais quanto para os pacientes. Ao final, os membros reforçaram a importância da continuidade das visitas e acompanhamentos presenciais entre Conselho, hospital e unidades básicas, para melhor compreensão das rotinas e desafios de cada serviço. Ficou acordado que o Conselho Municipal de Saúde buscará apoio da gestão para desenvolver materiais educativos e propor estratégias de comunicação conjunta com os agentes comunitários. Também foi reafirmado o compromisso de manter diálogo aberto e colaborativo entre todos os setores da saúde, visando sempre o aprimoramento do atendimento à população. Na sequência, a presidente agradeceu a presença da diretora do hospital e colocou a palavra à disposição. Foi discutido que as técnicas de enfermagem não estão aceitando realizar a triagem para atendimento odontológico, o que, segundo os presentes, é necessário, visto que pode ocorrer de o paciente apresentar alguma alteração de saúde que impeça o atendimento odontológico. Foi solicitado que seja disponibilizado um técnico de enfermagem para o Posto Central Talito Emilio Rohde. Em seguida, foi apresentado o Plano Municipal de Saúde 2026-2029, o qual foi apreciado pelos conselheiros, quando a presidente do Conselho questionou se está incluída no plano a construção de um novo prédio para o Posto Central Talito Emilio Rohde, na sequência, a LOA 2026, estando ambos aprovados. Por fim, foi solicitado um conselheiro para compor o CACS do Hospital São Francisco, ficando decidido que a conselheira Marília Abadd Mosquier será a representante. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e lavrada a presente Ata, que será assinada pelos demais presentes, após lida e aprovada. Restinga Sêca/RS, 24 de outubro de 2025.



Ata nº13/2025

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária, para tratar da pauta previamente definida. Inicialmente, foi realizada a apresentação da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de dois mil e vinte e seis, pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. Raquel Ramos. A Secretária explicou que a LOA é o instrumento legal por meio do qual o Poder Executivo estima as receitas e fixa as despesas para o ano seguinte, com o objetivo de planejar e garantir a aplicação dos recursos públicos conforme as prioridades estabelecidas. Após a explanação, a proposta foi apreciada e aprovada pelos conselheiros. Durante a apresentação, foram destacadas as previsões orçamentárias voltadas às políticas de assistência social, permitindo ao Conselho exercer seu papel de controle social e contribuir com sugestões pertinentes. Na sequência, a Secretária Raquel Ramos fez uma apresentação oficial ao Colegiado do CMAS, destacando os avanços e desafios da pasta. Também foi retomado o assunto referente às mudanças nas instalações físicas dos serviços socioassistenciais do município, tema já tratado na primeira reunião do ano. Foi informado ao Colegiado que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) realizou sua mudança e passou a funcionar em novas instalações, no antigo Centro Comunitário. Informou-se ainda que o Programa Primeira Infância Melhor / Criança Feliz (PIM/CF) foi integrado às ações do CRAS, compartilhando o mesmo espaço físico e fortalecendo os serviços oferecidos à comunidade. Com isso, o prédio anteriormente ocupado pelo CRAS passará a abrigar o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), enquanto o Conselho Tutelar será realocado para o prédio que anteriormente abrigava o Programa PIM/CF. Essas mudanças possibilitam que todos os serviços – CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e PIM/CF – passem a funcionar em prédios próprios, resultando em economia aos cofres públicos, uma vez que o CREAS e o Conselho Tutelar estavam instalados em imóveis alugados. A maioria dos conselheiros relatou ter participado da inauguração das novas instalações do CRAS e manifestou satisfação com as acomodações, ressaltando a importância de espaços amplos e adequados para o atendimento digno à população. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Restinga Sêca/RS, 20 de outubro de 2025.





1 **Ata CME/RS Nº 16/2025 – Sessão Ordinária Presencial Nº 15 – Lei Orçamentária**
2 **Anual - LOA 2026.**
3 Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta
4 minutos, iniciou-se a sessão ordinária presencial para apresentação Lei Orçamentária
5 Anual – LOA 2026, com a presença da Secretária Municipal de Educação Adriana
6 Maria Soares Cassol no Conselho Municipal de Educação - CME de Restinga Sêca,
7 tendo como local a sala de número quarenta, presidida pela conselheira Janaina Ideli
8 Rigon, presidente do Colegiado, com a presença da assessora técnica Daiana
9 Wienandts, das conselheiras titulares e suplentes, conforme lista de presença. A
10 Conselheira Presidente, Janaina, iniciou a reunião dando as boas-vindas e
11 agradecendo a presença de todos. A seguir a apresentação da LOA – 2026 foi
12 realizada pela Secretária de Educação já mencionada que deu as boas-vindas aos
13 presentes e iniciou a sua fala argumentando sobre a importância da Lei Orçamentária
14 Anual, sendo essa apresentada e analisada pelos Conselheiros presente. A Secretaria
15 de Educação fez a demonstração do descritivo enviado ao Conselho Municipal de
16 Educação “CME”. Sendo o **programa 0006** de Assistência ao Educando na Merenda
17 Escolar no valor de 482.080,00 reais. Sem nenhuma ressalva pelos conselheiros. O
18 **programa 0007** da Assistência ao Educando no Transporte Escolar no valor de
19 2.346.882,13 reais, nesse quesito alguns membros do Conselho questionaram sobre o
20 transporte escolar aos alunos de EJA. De acordo com a Secretária o transporte dos
21 alunos do EJA é em regime de colaboração com o Governo do Estado. Mas, que sua
22 equipe está planejando para o ano de 2026 realizar as provas de avanço desses
23 alunos, em parceria com o NEEJA Mário Quintana de Santa Maria, sendo as provas
24 aplicadas aqui no município. Nessa ação o CME também se dispôs a ser um parceiro,
25 principalmente na divulgação. No **programa 0008** da Manutenção e Desenvolvimento
26 da Educação Básica no valor de 24.275.190,04, nesse quesito foi questionado o





27 programa permanente de acolhimento e convivências com a pessoa com deficiência na
28 escola, programa permanente de promoção de Projetos Pedagógicos, segundo a
29 Secretária se manteve os projetos e os valores das rubricas para posteriores
30 promoções dos quesitos. Em relação, ao Aluguel da Garagem (PF), juntamente com o
31 custo da água e luz do imóvel, está em andamento o projeto da sala dos motoristas e a
32 remoção da garagem para outro espaço, enquanto isso, o aluguel foi renovado com o
33 aumento de 70,00 reais mensais. No item manutenção e Reformas nas Escolas –
34 Construção, ampliação EMEF's o questionamento foi em que escola se dará a
35 construção e ampliação, segundo secretaria está em andamento uma ementa do Dep.
36 Federal Ubiratan Sanderson no valor de 300.000,00 reais que será investido na
37 E.M.E.F. Francisco Giuliani para pintura externa, E.M.E.I. Professor Edwaldo Bernardo
38 Hoffmann, pintura externa e E.M.E.I.E.F. Dezidério Fuzer na construção de refeitório.
39 No item Instalação do botão do Pânico nas EMEF's se o valor é unitário ou total de
40 3.000,00 reais, segundo a Secretária o valor é unitário. Nos itens Manutenção e
41 Reformas nas Escolas – Reforma elétrica EMEI's Ocorreu os questionamentos nos
42 itens Fone Educação Infantil, O que seria?, a explicação é que são aparelhos
43 eletrônicos para uso na educação infantil e as vagas em creches (férias) quem são as
44 pessoas responsáveis por esse período, de acordo com a Secretária estão aguardando
45 a lista de crianças que irão necessitar, mas que possivelmente sejam as professoras
46 que ainda não possuem férias. Além disso, toda a folha de pagamento encontra-se em
47 vermelho devido ao custo de pessoal na folha de pagamento e seus encargos,
48 segundo a Secretária os itens em vermelho ocorrem devido ao não envio da FAMURS
49 dos dados atualizados ao contador municipal. No programa 0009 Apoio ao
50 Desenvolvimento do ensino custo de 3.725.44012 reais, não houve questionamentos e
51 no programa 0010 Fomento a Educação Superior e Ensino Técnico o valor de
52 320.335,93 não houve considerações. Sendo assim, os Conselheiros presentes,





53 aprovam com unanimidade a Lei Orçamentária Anual – LOA 2026. Na oportunidade
54 algumas conselheiras, representada pela conselheira Beatriz, realizaram ponderações
55 sobre as funções do Conselho e da Secretaria de Educação quanto a estrutura
56 pedagógica e respeito ao cronograma de ações normatizadas pelo Conselho, não
57 respeitadas no ano de 2025, nesse contexto a Secretária Adriana assegurou que os
58 problemas não mais acontecerão. Nada mais havendo a constar, eu, Daiana
59 Wienandts lavro a presente ata que vai assinada por mim e pela presidente. As
60 presenças das demais conselheiras constam conforme registros na lista de presença,
61 em anexo. Restinga Sêca, 21 de outubro de 2025.

Daiana Wienandts.

Janaína Izeli Rizon,



Conselho Municipal de Educação de Restinga Sêca
Rua Moisés Cantarelli, 368 Sala Nº 40
Centro – Restinga Sêca – RS
CEP – 97200-000



(55) 3261 – 3200
Ramal – 224



cme@restingaseca.rs.gov.br